

## Catetinho: patrimonialização e arquitetura efêmera

DOI: 10.20396/labore.v15i00.8665935

**Marina Martins Mennucci**

<https://orcid.org/0000-0001-7188-6804>  
Universidade de Aveiro / Aveiro [Portugal]

**Pedro Paulo Palazzo**

<https://orcid.org/0000-0002-0187-774X>  
Universidade de Brasília / Brasília [DF] Brasil

### RESUMO

Entre os monumentos da arquitetura modernista brasileira, o Catetinho, construído em 1956 próximo ao canteiro de obras de Brasília, é único. Única obra existente de Oscar Niemeyer em madeira, que foi destinada a servir de gabinete provisório ao Presidente da República durante a construção da nova capital. Este trabalho discute o estado atual de conservação do Catetinho, como suas técnicas de projeto e construção impactam a sabedoria convencional na preservação de edifícios modernistas e de madeira, e estratégias recomendadas para proteger a integridade do material e a inteligibilidade de seu projeto original. A pesquisa aponta que, embora o sistema estrutural apressadamente detalhado seja em si um fator de risco para a durabilidade do Catetinho, os esforços de conservação podem ser auxiliados por uma visão clara de quais materiais e técnicas existentes são essenciais para a identidade do edifício.

### PALAVRAS-CHAVE

Anos 1950. Brasília. Madeira. Alteração. Manutenção.

### **Catetinho: historic preservation of ephemeral architecture**

### ABSTRACT

Among the monuments of Brazilian modernist architecture, the Catetinho, built in 1956 near the construction site of Brasília, is one of a kind. The only surviving work by Oscar Niemeyer built out of wood, it was intended to be a temporary office for the President of the Republic during the construction of the new capital city. This work discusses the current state of conservation of the Catetinho, how its design and construction techniques affect conventional wisdom on the preservation of both modernist and wooden buildings, and recommended strategies to protect material integrity and the legibility of its original design. The research points out that, while the hastily detailed structural system is itself a risk factor to the Catetinho's durability, conservation efforts can be helped by a clear vision as to which among the existing materials and techniques are essential to the building's identity.

### KEYWORDS

1950s. Brasília. Wood. Alteration. Maintenance.

## 1. Introdução

As arraigadas identidades profissionais e políticas dependentes do movimento Moderno têm sido componentes cruciais na formulação de valores patrimoniais no Brasil e, sobretudo, na patrimonialização imediata da nossa arquitetura contemporânea. Essas identidades são em grande parte articuladas em torno do grupo de arquitetos racionalistas do Rio de Janeiro, do ideal democrático dos anos dourados e da “epopeia” da construção de Brasília. Continuamente revisitados pela historiografia, esses mitos fundadores do patrimônio moderno persistem, no entanto, como valores sub-repticiamente reverenciados em certas obras canônicas do racionalismo carioca.

O Catetinho ou palácio de Tábuas (Figura 1), edificação provisória realizada por Oscar Niemeyer em 1956 no contexto da construção de Brasília, é uma das mais peculiares dentre essas obras canônicas. Concebido para hospedar o presidente Juscelino Kubitschek em suas visitas ao canteiro da nova capital — o nome Catetinho alude ao palácio do Catete —, foi tombado como patrimônio nacional em caráter de memorial e a pedido do próprio JK, logo após a inauguração do palácio da Alvorada, a residência presidencial definitiva. Desde então, sua conservação tem conhecido altos e baixos, com repetidas intervenções tencionando a repriminar o seu aspecto visível, ao custo da quase completa destruição da sua materialidade originária.



Figura 1. Catetinho, exterior. Foto: P. P. Palazzo, 2016 em Iphan (2017).

Sustentamos neste artigo que os ciclos perversos de deterioração e restauro do Catetinho não são meros acidentes de alguma má gestão ou da carência de recursos, mas estão diretamente ligados ao caráter implícito dos valores histórico-culturais modernistas atribuídos a essa edificação e, conseqüentemente, à falta de clareza quanto aos procedimentos admissíveis na tentativa de se conferir perenidade a uma estrutura concebida para ser efêmera. Essa ausência de formulação decorre da ética de espontaneidade e do significado imediato — sem mediação — que subjaz a celebração continuada do movimento Moderno no Brasil. Nos discursos oficiais assim como na bibliografia acadêmica ou cronística, o Catetinho existe num eterno presente da memória sacralizada de JK, da geração bossa-nova e da constante reatualização militante da “campanha por Brasília”. Isto é, o aparente conflito entre a conservação da materialidade da construção e a rememoração da sua aparência tem carecido de respostas justamente porque a passagem do tempo e seus efeitos sobre o Catetinho não têm sido abordados como parte do seu valor enquanto patrimônio histórico.

Por sua vez, a ética do eterno presente no Catetinho se realiza na negligência para com a documentação da matéria construída, uma vez que o conhecimento gerado por essa documentação forçaria a tomada de decisão

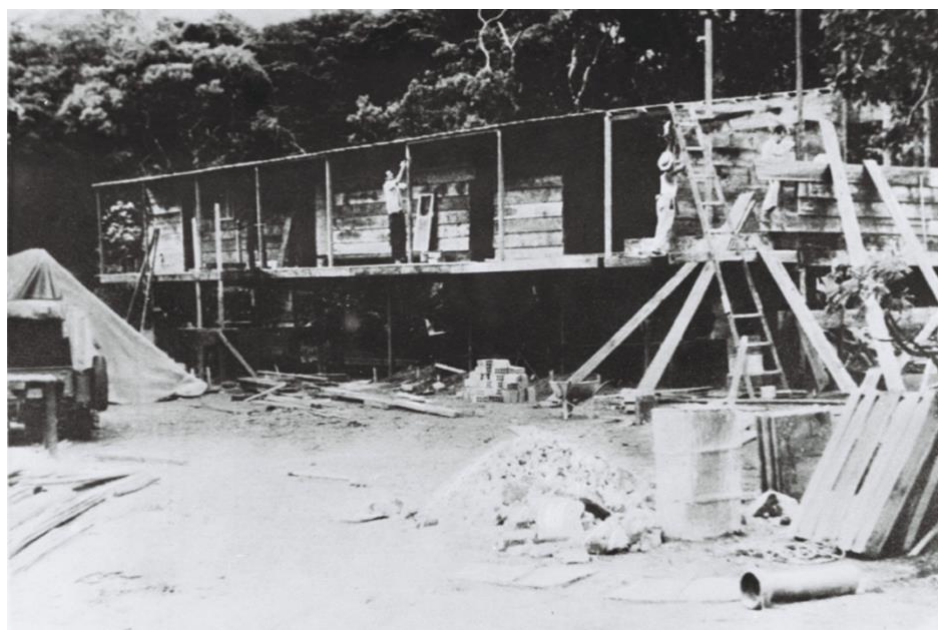
explícita quanto à sua importância relativa no sistema de valores vigente. A centralidade implícita do eterno presente modernista na formação do campo da preservação patrimonial no Brasil gera distorções no reconhecimento e na conservação de obras do século XX. A principal distorção diz respeito à confusão entre a arquitetura da atualidade, ou seja, a teoria arquitetônica do modernismo tardio e a tecnologia construtiva contemporânea, por um lado, e a manifestação histórica do movimento Moderno e das tecnologias de meados do século XX no bem tombado, por outro. A seguir avançamos um diagnóstico dos efeitos dessa confusão sobre o Catetinho, apontando algumas possibilidades de remediá-lo mediante a formulação explícita de valores a nortearem a preservação do conjunto.

O diagnóstico avança em duas frentes, abordando sucessivamente o problema teórico do Catetinho como representante do ideário da arquitetura racionalista carioca e do ímpeto da construção de Brasília, e o desafio técnico de conservar uma estrutura cuja concepção construtiva original, que lhe confere parte do seu valor histórico, é antitética à noção de durabilidade. No encontro dessas duas frentes levantamos, então, o problema de se definir os valores históricos e artísticos que se atribuem ao Catetinho, perguntando, portanto, em que consiste a integridade do bem tombado que se deve preservar. Tais problemas extrapolam os marcos teóricos convencionais da conservação de bens culturais, mas também colocam em crise as particularidades frequentemente invocadas na preservação do patrimônio moderno.

## 2. O discurso de espontaneidade da fundação ao tombamento do Catetinho

O Catetinho, também conhecido como o palácio de Tábuas, e oficialmente designado Residência Presidencial 1 (RP-1), se situa a cerca de 20 quilômetros ao sul da área central da capital federal. A sua construção é decidida em outubro de 1956 — antes mesmo da abertura do concurso para o plano urbanístico de Brasília — num encontro informal de executivos e colaboradores da recém-criada Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Novacap), dentre os quais o arquiteto Oscar Niemeyer, os engenheiros Juca Chaves e Roberto Magalhães Penna, e o jornalista César Prates, além do poeta Dilermando Reis, amigo pessoal de JK (Prates, 1983, p. 23). O Catetinho é a primeira edificação diretamente concebida pela Novacap na campanha de construção de Brasília. Isto lhe confere um status pioneiro nas crônicas dessa campanha, devidamente explorado por Prates na sua condição de diretor de relações públicas da Novacap e lembrado por Rodrigo Mello Franco de Andrade por ocasião do tombamento do Catetinho (Iphan, 1959, fl. 19).

Na história de Brasília, autoimagem por excelência do movimento Moderno brasileiro, o caráter pioneiro do Catetinho se torna um suporte privilegiado para a elaboração de narrativas heroicas e mitos fundadores, geralmente amparados em anedotas de escasso amparo documental e numa compreensão lacunar do próprio processo construtivo ou da utilização do palácio de Tábuas. Destacamos o valor arquitetônico atribuído ao caráter pretensamente espontâneo, quase irrefletido, do projeto e da construção do palácio de Tábuas, bem como a sua associação com o mito de JK na sua persona de “presidente bossa nova”. Esse caráter, porém, resulta ele mesmo de uma farta documentação fotográfica do processo construtivo, cuidadosamente planejada e executada por César Prates: uma “espontaneidade” encenada para consumo da imprensa de fotojornalismo em pleno desenvolvimento na década de 1950 (Figura 2).



**Figura 2.** Catetinho em construção na última semana de outubro de 1956. Fotógrafo desconhecido. Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF), acervo Novacap D4.4.b2 514.

O projeto de Niemeyer para a edificação é, de fato, sumário: uma anedota pretende que o arquiteto o tenha elaborado numa mesa de bar (Guimarães, 2014). A obra emprega materiais recolhidos junto à Fertisa, empresa pertencente a Magalhães Penna, em Araxá: tijolos, ladrilhos, telhas onduladas, cimento, tinta, tábuas e tarugos em madeira de ipê — essência nativa do Brasil central, usada à época para todo tipo de construção de pequeno porte, inclusive estruturas provisórias, formas e escoras —, além de equipamentos sanitários e elétricos. A logística de remessa dos materiais, num único transporte por caminhão, desmente o conceito de um projeto meramente esboçado: de fato, um conjunto de desenhos técnicos será conservado até 1996 junto ao processo de tombamento do Catetinho, data em que a íntegra do processo é extraviada (Iphan, 1959).

O partido do Catetinho consiste numa releitura em madeira dos edifícios em lâmina esbelta sobre pilotis, paradigmáticos da arquitetura do racionalismo carioca desde a década de 1930. A distribuição rígida dos seis aposentos e bar no primeiro pavimento, ocupando toda a extensão de um mesmo lado da varanda-corredor, entre duas empenas laterais cegas e coberta com uma meia-água, retoma o partido já empregado por Niemeyer no Grande hotel Ouro Preto, em 1938. Niemeyer antecipa assim, no Catetinho, uma solução que será pouco depois consagrada nos blocos habitacionais das mais antigas superquadras de Brasília: o corredor comum posicionado ao longo de uma das fachadas, com a escada formando um volume externo à lâmina principal (ver Figura 1). Entre um e outros, uma série de edifícios provisórios concebidos por Niemeyer nos canteiros de obras de Brasília — do primeiro terminal do aeroporto a escolas primárias (Figura 3) — constitui um ciclo de variantes em torno do partido arquitetônico do Catetinho (Iphan, 2017, p. 37).



**Figura 3.** Oscar Niemeyer. Escola da Vila Metropolitana, 1957. Fotografia desconhecida. Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF), acervo Novacap D4.4.b9 905

A falta de preocupação com a durabilidade do edifício é evidente na ausência de detalhamento construtivo ou de refinamento na execução da estrutura e dos acabamentos. Os esteios realizados com tarugos de angelim são diretamente engastados no radier, sobre o qual se assenta, também, um pequeno depósito em alvenaria de tijolos, único contraventamento originário da edificação. As vigas, também em tarugos aparafusados, formando perfis irregulares, são fixadas excentricamente sobre os esteios (Figura 4) e sustentam diretamente o assoalho de tábuas. A cobertura é uma simples retícula de ripas e caibros bastante espaçados entre si, pousando sobre as paredes em tábuas do pavimento superior.

A obra é executada entre outubro e novembro de 1956 (Figura 5). Segundo Niemeyer (2006), o espírito da implantação do Catetinho é “entusiástico”, conduzido mais por um ímpeto do momento e pela força de vontade dos envolvidos do que por um efetivo planejamento. A simplicidade do projeto e a rapidez de construção — proverbiais “dez dias” registrados na placa comemorativa do tombamento do Catetinho, mas na realidade entre duas e três semanas (Iphan, 2017, p. 26) — participam de uma narrativa recorrente no modernismo brasileiro: a de que a forma arquitetônica “correta” surge de um ímpeto criativo espontâneo e irrefletido. Deve-se a Lucio Costa a primeira formulação discursiva dessa teoria, no influente artigo Documentação necessária (1937), e também a ele a sua expressão mais famosa, nas linhas de abertura do seu Relatório do plano piloto de Brasília vencedor do concurso para o projeto da nova capital: “Não pretendia competir e, na verdade, não concorro — apenas me desvencilho de uma solução possível, que não foi procurada, mas surgiu, por assim dizer, já pronta” (Costa, 1957, p. 33).



Figura 4. Pilotis do Catetinho. Foto: P. P. Palazzo, 2016.

Figura 5. Obra do Catetinho em finalização na primeira metade de novembro de 1956. Fotógrafo desconhecido. Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF), acervo Novacap D4.4.b2 487.



A ética de afetar espontaneidade vem, para Costa, associada desde o início a uma estética da materialidade rústica. Da apropriação da técnica vernácula como um *ready-made* no projeto não executado para a vila operária da Belgo Mineira em Monlevade (Correia, 2003) à “composição pitoresca de estilo campestre” no Park hotel São Clemente, em Nova Friburgo (Comas, 2010), Costa estabelece um influente paradigma que postula a arquitetura moderna enquanto *cosa mentale* abstrata, aplicável a qualquer sistema construtivo, mais do que expressão dos “materiais e métodos do nosso tempo” (Le Corbusier, 1929). O rústico fica, então, curiosamente associado ao pioneirismo do moderno. Não é por acaso que Rodrigo Mello Franco de Andrade, discursando no ato de recebimento do Catetinho como patrimônio nacional, em 1959, identifica o palácio de Tábuas com “a origem rústica e quase humilde da magestade [sic] da nova capital” (Iphan, 1959, f. 19).

Telma de Barros Correia (2003, p. 84) enxerga na plasticidade rústica favorecida por Costa uma referência intencional ao arquétipo do colonizador português “maleável” em Gilberto Freyre. Podemos ampliar essa associação, tendo o ideal modernista de espontaneidade como contrapartida ao conceito freyreano de “homem cordial”, ou seja, que se rege pela emoção irrefletida (Freyre, 2003). O ideal de espontaneidade da arquitetura racionalista carioca se rebate, por sua vez, na estética do improvisado na bossa nova, estilo musical por excelência dos “anos dourados”. A aproximação entre JK, a bossa nova e o Catetinho será um tema desenvolvido à exaustão na literatura cronística sobre o palácio de Tábuas.

JK é apresentado como o moço interiorano, filho de Diamantina, e ao mesmo tempo como o “presidente bossa nova”. César Prates, diretor de relações públicas da Novacap, trata de associar o Catetinho a essa dúplici persona presidencial, fazendo do palácio de Tábuas o recanto das serestas e da bossa nova. Pouco importa se, na realidade, JK raramente pernoita no Catetinho (Prates, 1983, p. 43), o qual termina por servir como moradia e local de trabalho para os próprios executivos da Novacap. Prates oficializa a narrativa presidencial graças às visitas ao Catetinho do seresteiro Dilermando Reis e dos ícones da bossa nova, Tom Jobim e Vinícius de Moraes (Francisco, sem data, p. 20). A canção Água de beber, presumivelmente inspirada no olho d’água vizinho ao palácio de Tábuas, imortaliza essa narrativa.

Improvisado é, naturalmente, a característica principal na construção do Catetinho, devida seja à necessidade da ocasião, seja a uma afetação ideológica. Os frugais recursos materiais empregados na obra têm um efeito multiplicador na vulnerabilidade intrínseca à sua sumária concepção arquitetônica. Esta é desprovida de detalhes construtivos capazes de proteger o palácio de Tábuas da degradação ambiental ou mesmo de interações deletérias dos seus próprios materiais construtivos uns com os outros (Figura 6).



**Figura 6.** Vista lateral do contraventamento em tábuas na empena do Catetinho. Fotos: M. M. Mennucci, 2017.



**Figura 7.** Inauguração por JK da placa comemorativa do Catetinho, junho de 1958. Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF), acervo Novacap D4.4.b2 535.

Em junho de 1958, com a inauguração do Palácio da Alvorada, JK deixa de frequentar o Catetinho (Figura 7), mas no mesmo ano solicita à então Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) providências para a preservação da singela residência provisória. O pedigree do recado presidencial não é de se desprezar; ele sintetiza o ideal de espontaneidade e de conhecimento intuitivo que caracteriza o discurso modernista brasileiro. Niemeyer celebrará, em relato autobiográfico tardio, a “intuição e experiência” de JK em assuntos arquitetônicos (Niemeyer, 2006, p. 19).

Diligente e concisamente, a DPHAN procede ao tombamento do palácio de Tábuas em julho de 1959 sem tecer justificativas acerca dos valores históricos ou artísticos a serem preservados. Apenas o discurso de Rodrigo Mello Franco, já citado, oferece alguns indícios de como essa construção é compreendida no momento da sua proteção inicial. Proferido à sombra da estátua de JK por Israel Pedrosa recém instalada diante do Catetinho, o discurso de Rodrigo Mello Franco explicita verbalmente o que a estátua representa em silêncio:

*O pensamento que o inspirou foi de preservar, para os brasileiros de amanhã, a primeira edificação em que o Chefe do Estado começou a exercer, no sítio escolhido para a nova capital do país, as atribuições do Poder Executivo da União [...], erigindo-a como um testemunho ciclópico de confiança no futuro da pátria. (Iphan, 1959, f. 19).*

O Catetinho se afigura a partir de 1959, portanto, como memorial hagiográfico da empreitada pioneira de JK no planalto Central, em outras palavras como uma espécie de cenotáfio do nascimento de Brasília e da breve passagem do presidente pelo posto avançado da sua construção. Inscrito no livro do tombo histórico, não há menção às suas características arquitetônicas ou à sua importância enquanto vestígio material — por oposição ao seu valor simbólico e político. Mesmo assim, o relator do processo, Paulo Thedim Barreto, e o próprio Rodrigo Mello Franco sugerem que a conservação da matéria construtiva original do Catetinho é indissociável da preservação de seu valor alusivo (Iphan, 1959, f. 12).

### 3. Preservar sem documentar

Não há, em torno ao tombamento, previsão de qualquer uso para o imóvel, que até 1978 é apenas curado por um zelador. O caráter comemorativo do Catetinho é estático: uma placa em bronze, uma estátua de JK, o próprio edifício em seu sítio original. Enquanto registro “pré-natal” de Brasília, o Catetinho haverá de permanecer imobilizado num eterno instante 1959, ao passo que a vida cívica acontecerá tão somente no coração da cidade que o palácio de Tábuas antecede. Sua deterioração física acompanha, a partir daí, o esquecimento simbólico. Ao longo das quatro décadas que se seguem ao tombamento do Catetinho, consolida-se o seu caráter de relicário estático e, simultaneamente, avança a sua deterioração física. Esses percursos paralelos testemunham a singularidade do Catetinho no âmbito da preservação do patrimônio moderno no Brasil. O propósito efêmero do palácio de Tábuas torna especialmente desafiadora a sua conservação física; a inscrição no livro do Tombo Histórico, por sua vez, situa o Catetinho no domínio da memória política, afastando-se de considerações sobre o seu valor como imagem plástica ou como vestígio arqueológico.

Após uma década e meia de incerteza quanto à responsabilidade sobre a manutenção e preservação do Catetinho, a gleba com o edifício é transferida em 1976 da Novacap para a Secretaria de Cultura e Esporte do Distrito Federal (SEC–DF). O Catetinho é, em 1978, aberto à visitação pública como museu memorial dos primeiros anos da construção de Brasília e de seus quatro hóspedes ilustres (Figura 8).



**Figura 8.** Quarto dito de JK no Catetinho, reconstituído com colchão, roupa de cama e lâmpadas não originais. Fotografia desconhecido, 1978. Acervo da Supac, série Brasília fatos históricos 073-S ficha 147.

Apesar da distinção de ser o primeiro bem tombado e a primeira obra de Niemeyer na Capital da República, o Catetinho permanece à margem dos processos de patrimonialização de Brasília iniciados nos anos 1980. A década de 1980 é marcada, no âmbito do patrimônio cultural do Distrito Federal, pela atuação do Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico (Depha) e do GT–Brasília no reconhecimento dos sítios históricos da capital federal — culminando na inscrição do conjunto urbanístico de Brasília na lista do patrimônio mundial da UNESCO, em 1987. O Catetinho, musealizado em 1978, permanece por mais de uma década em situação marginal nesse contexto.

O GT–Brasília, grupo de pesquisadores da Universidade e técnicos do Governo do Distrito Federal, a partir de 1984, é responsável pela definição da primeira política sistemática de preservação do patrimônio

cultural na capital. Sua atuação se divide em dois eixos: de um lado, a monumentalidade erudita do Plano Piloto de Brasília; do outro lado, o registro anônimo dos chamados candangos — os operários da construção — materializada na arquitetura anônima dos acampamentos de obras e nas fotografias de Fontenelle, Gautherot, Farkas e outros. Esse viés do GT–Brasília está relacionado à virada social das políticas de patrimônio cultural que, desde meados da década de 1970, começa a valorizar narrativas de grupos sociais e a vinculação de lugares a práticas imateriais em detrimento de discursos sobre grandes feitos e heróis — cerne da preservação do Catetinho, erigido em monumento à memória de JK e de sua iniciativa pela construção de Brasília.

Isolado entre esses dois enfoques da geração do GT–Brasília, o Catetinho padece por não ser nem monumento das Belas Artes — privilégio negado por Paulo Thedim Barreto, relator do processo de tombamento, ao recomendar a incomum inclusão no Livro Histórico —, nem testemunho da cultura popular — posto que tombado em nome da memória do próprio Presidente da República. Entretanto, o tratamento administrativo conferido ao Catetinho reflete o esquecimento histórico a que o palácio esteve submetido: quase duas décadas de incerteza oficial acerca da vinculação patrimonial do imóvel, pomposamente “recebido” pela DPHAN em 1959.

A autonomia político-administrativa ao Distrito Federal, outorgada pela Constituição de 1988, alça ao poder local um grupo ligado à família de JK e a técnicos da Novacap como Ernesto Silva. Essa elite política e tecnocrática da construção de Brasília cunha o termo pioneiros para distinguir a si mesma dos candangos populares. Ela reivindica o Catetinho como *locus* do seu reconhecimento cultural, um lugar de memória do seu papel hierarquicamente dominante na construção da nova capital. A função do Catetinho como santuário comemorativo dos primórdios da construção de Brasília, assumido desde a sua abertura como museu em 1978, entrecruza-se em 1991 com a conotação comemorativa da nova elite governante no Distrito Federal. A pavimentação da área situada entre a estátua de JK e o Catetinho, executada nesse mesmo ano, passa a oferecer um espaço privilegiado para solenidades oficiais.

Celebrar o Catetinho enquanto memorial “pioneiro” reforça a posição de primeiro plano dada ao significado político do lugar, e escamoteia ainda mais o problema da materialidade que havia sido mencionado, superficialmente, por Thedim Barreto e Rodrigo Mello Franco. Ao período de simples esquecimento nas décadas de 1960 a 80 sucede um período de fixação da imagem do Catetinho como portadora de um significado perene: a contínua legitimação da elite administrativa da nova capital. Essa cultura da memória pioneira se vale, por sua vez, de uma fixação na imagem de um Catetinho pristino, como que congelado nalgum dia de 1957. No entanto, a descoberta da integridade visual do Catetinho como um valor a ser preservado, em meados da década de 1990, se choca com a realidade da deterioração da matéria que dá suporte a essa visualidade. Nesse embate, é o conceito de uma arquitetura de improviso que acaba por ser privilegiado sobre a conservação da materialidade histórica da construção, como parte da imersão numa ambiência evocativa dos Anos Dourados.

Em certa medida, a rápida degradação do Catetinho decorre, é claro, do caráter sumário de um projeto feito para uma edificação provisória, sem detalhamento para proteção ou resiliência dos sistemas construtivos (Mennucci et al., 2021). Um exemplo desta afirmação é a técnica escolhida para pregar painéis de madeira. Para evitar a deformação do painel, independente da intempérie, os painéis de madeira modernos são pregados na parte inferior (Larsen & Marstein, 2016), o que não foi feito nos painéis do Catetinho, os quais foram pregados na parte superior (ver Figura 6). O detalhamento insuficiente e a execução sumária da obra, assim como a falta de manutenção ao longo das décadas, acabam por agravar as consequências dos diversos efeitos climáticos e ambientais (Figura 9) — botânicos, biológicos, químicos e entomológicos (Feilden, 2003), agravados pela incidência de radiação solar infravermelha (Gonzaga, 2006).



**Figura 9.** Esteios do Catetinho mostrando perda da camada de pintura, perda de seção por agentes biológicos, preenchimento inadequado das lacunas e fissuração. Fotos: M. M. Mennucci, 2017.

A década de 2010 traz, em paralelo à consolidação do conhecimento vigente sobre a vulnerabilidade das construções em madeira (Moreschi, 2013; Moreschi, 2014), os primeiros estudos específicos sobre os impactos climáticos na arquitetura lúnea em Brasília (Zanoni et al., 2014). Essa bibliografia deixa claro que a região de Brasília tem condições climáticas propícias à proliferação de fungos e bactérias na madeira, o que facilita, por sua vez, a ação de insetos xilófagos. No entanto, a situação de vulnerabilidade em que se encontrava o Catetinho só chega a ser documentada de modo sistemático no inventário realizado para o Iphan em 2017. Antes disso, três grandes intervenções são realizadas no edifício e até no seu entorno paisagístico: em 1995–97, 2002 e 2011–12. A julgar pela escassa documentação administrativa conservada na Subsecretaria do Patrimônio Cultural do Distrito Federal (Supac), gestora do Catetinho, nenhuma delas se pauta por uma documentação precisa do estado de conservação da madeira, nem sequer por uma formulação explícita do que importa conservar nessa construção.

#### 4. Integridade e conservação do patrimônio efêmero

A patrimonialização do Catetinho tem sido pautada por um conjunto de valores extremamente abstratos: a comemoração histórica da construção de Brasília e a da elite tecnocrática dos chamados “pioneiros”. Embora o processo de tombamento no Iphan tenha reunido uma documentação considerável ao longo das décadas, parte do material se perde quando o processo foi extraviado em 1996. O que pôde ser reconstituído a partir de cópias existentes não oferece quase nenhum subsídio para juízos e valorações acerca de questões



fundamentais para a preservação do Catetinho. Dentre essas questões, destacamos a incerteza sobre como a integridade material e visual da construção terá sido percebida e articulada ao longo do tempo. Além disso, as intervenções de restauro levadas a cabo em 1995–97 e em 2002 também têm muito pouca documentação arquivada na Supac.

De 1995 a 1997, o Catetinho é em grande parte reconstruído para reprimatizar a sua aparência e oferecer a desejada ambiência evocativa (Figura 10). É significativo que essa intervenção, doada e executada pela Fundação Roberto Marinho, tenha sido muito pouco documentada nos arquivos públicos. A inspeção realizada em 2017, por ocasião do inventário do Iphan, é a primeira a identificar que vários dos esteios originais em madeira de angelim foram substituídos por perfis duplos, aparafusados, em madeira de ipê (ver Figura 4). A falta de documentação não se limita a ocultar essa e outras descaracterizações na materialidade original, à revelia do parecer de tombamento de 1959. Ela também impede uma reflexão franca acerca das estratégias necessárias para conservar a matéria remanescente no longo prazo; a despeito das substituições já realizadas e de variadas estratégias de repintura adotadas ao longo dos anos — quase todas carentes de documentação e de acompanhamento continuado —, a perda de seção dos esteios devido à ação de fungos e bactérias é generalizada (ver Figura 9). Os pilares apresentam desgaste, fungos, e são habitat de outros animais. A adoção esporádica de medidas paliativas, como preenchimentos dos orifícios, não vem acompanhada de nenhum registro ou justificativa nos arquivos administrativos. Não se trata aqui de aderir, de modo irrefletido, a um purismo arqueológico na conservação do Catetinho, mas justamente de lamentar a falta de clareza quanto aos critérios e à base documental adotados em intervenções sucessivas:

*As intervenções quase sempre envolvem alguma perda de “valor” na propriedade cultural, mas são justificadas a fim de preservar os objetos para o futuro. A conservação envolve a realização de intervenções em várias escalas e níveis de intensidade, que são determinados pela condição física, causas da deterioração e ambiente futuro previsto da propriedade cultural em tratamento. Cada caso deve ser considerado como um todo e individualmente, levando em consideração todos os fatores (Feilden, 2003, 8).*



**Figura 10.** Catetinho reprimatizado em 1997. Fotografia desconhecida, acervo da Subsecretaria do Patrimônio Cultural (Supac).

A intervenção de 2011-2012, por outro lado, está fartamente documentada pela Supac, responsável pela gestão do Catetinho. No entanto, a documentação deixa claro que, a esta altura, a materialidade do edifício já não é mais considerada íntegra. Os elementos que compõem a estrutura e os interiores do palácio de Tábuas são descritos como figurantes de uma imagem evocativa de época, a única que importa preservar; os encargos da obra são descritos nos documentos licitatórios e no acompanhamento da obra (SUPHAC, 2011-2012) como uma simples reforma de edificação, sem atentar para eventuais valores da matéria histórica. Nos relatórios de acompanhamento, a importância dada à conservação das madeiras e telhas existentes contrasta com o descuido na sua inspeção e documentação, ao arrepio das recomendações vigentes (conforme reafirmado por Larsen e Marstein, 2016): lixamento sem prospecção, especificação de pinturas e vernizes comerciais sem justificativa histórica, e introdução de componentes construtivos antes inexistentes, como uma manta de impermeabilização sob as telhas (SUPHAC, 2011-2012). Sob a justificativa de realizar uma adequação de

acessibilidade, o radier em concreto é inteiramente destruído e recomposto (Figura 11), sem estudos explícitos acerca da matéria existente; não está sequer documentado se o piso destruído data da reconstrução de 1995-1997 ou se é original. Na sequência, não é realizado nenhum estudo do aterro exposto (presumido original) antes da construção da nova laje. Essa oportunidade perdida é tanto mais inexplicável que alguns vestígios da obra de 1956, como tijolos quebrados e descartados no entorno, ainda podem ser encontrados em 2017, durante a realização do inventário.



**Figura 11.** Radier do Catetinho, (a) anterior à reforma; (b) destruição durante a reforma de 2012; (c) radier removido, mostrando aterro original sobre as fundações do Catetinho. Fotos: Marsou Engenharia, dezembro de 2011, segunda quinzena de fevereiro e março de 2012. Fonte: Supac, arquivo digital.



**Figura 12.** Degradação da pintura realizada em 2012: (a) Piso superior, (b) escada. Fotos: M. M. Mennucci, 2017.

O resultado dessa falta de clareza e reflexão tem sido, além da destruição intencional de vestígios físicos, a rápida degradação das intervenções realizadas, como a perda da camada protetora de pintura em cerca de cinco anos sem manutenção (Figura 12). É evidente que, para garantir a perenidade de uma construção efêmera, intervenções frequentes serão sempre necessárias. Essas intervenções são sempre problemáticas na medida em que conservar a aparência e ambiência da construção necessita a frequente replicação de elementos construtivos em madeira — um material que dificilmente pode ser harmonizado com o princípio da Carta de Veneza de marcar com clareza as intervenções (Miranda & Lima, 2021). No entanto, a preocupação com a durabilidade, se abordada frontalmente, colocaria em xeque uma característica central da modernidade: a tese da obsolescência contínua de todos os modos de fazer do passado, transformados em fetiche do consumo burguês (Lefebvre, 1968). A crise seria tanto mais completa quanto fosse preciso reatualizar modos de fazer modernos, porém não mais atuais, expondo a historicidade do Catetinho.

## 5. Conclusões

As vicissitudes da preservação do Catetinho sinalizam as contradições inerentes na patrimonialização da arquitetura efêmera. Essas contradições dizem respeito, por um lado, à falta de articulação explícita dos valores abstratos dos quais a edificação é o suporte e, por outro lado, à dificuldade em formular critérios para a conservação perene de uma estrutura concebida para não ser conservada. De 1978 a 2012, o vestígio histórico tombado, porém largamente esquecido, do Catetinho, é transformado em celebração da memória dos “pioneiros” — a elite da construção de Brasília. A partir da formulação de um programa expográfico, em 1978, o palácio de Tábuas adquire um aspecto de santuário fúnebre. A experiência de estranhamento temporal nesse espaço musealizado, provocada pela justaposição de fotografias históricas com sua reconstituição fantasmagórica na expografia baseada num acervo mais ou menos “autêntico”, é reforçada, a partir de 1997, pela visualidade exacerbada com a inclusão de objetos cenográficos sem qualquer vínculo com o Catetinho. A pretensão de imersão histórica é, assim, subvertida pela ambientação na hiper-realidade; assume-se o simulacro cenográfico como portador de maior significado do que a deteriorada matéria construída do “palácio”.

A concepção construtiva sobremaneira esquemática do Catetinho, associada à execução da obra com os limitadíssimos meios disponíveis, é o fator preponderante na acelerada deterioração deste “palácio de tábuas”. Assumindo esse “pecado original” como parte integrante dos valores patrimoniais a serem preservados, outrossim, será possível formular uma visão mais clara acerca da importância histórica atribuída aos remanescentes materiais da obra de 1956, contrabalançando-a com o valor evocativo presente na aparência prístina e cenográfica do Catetinho. Um plano de manutenção criterioso será aquele capaz de equilibrar ambos os requisitos, sem agravar a já severa perda de informações sobre a matéria construtiva original do edifício. O estado em que se apresenta atualmente o Catetinho evidencia o conflito de critérios inerente à preservação do patrimônio moderno. O propósito originalmente temporário da edificação é central aos valores históricos que ela representa. A sua conservação exige, portanto, o paradoxo de respeitar e manter, para a longa duração, a percepção dessa materialidade efêmera. Isso se dá, portanto, em detrimento de alterações projetuais capazes de proteger os componentes construtivos existentes, mas que também modificariam a apreensão visual da edificação.

O problema da conservação material do Catetinho, portanto, tem sido sobrepujado pela tentativa de preservação da sua aparência prístina. A expectativa de uma eterna apreensão da forma abstrata, intocada pela pátina do tempo, é agravada pela falta de clareza sobre a atribuição de valor histórico à materialidade do palácio. Isso induz a uma confusão, evidente nos encargos de restauro do Catetinho levados a cabo em 1995-1997 e 2011-2012, entre a conservação técnica de uma estrutura histórica, ainda que modernista, e a manutenção corriqueira de uma edificação qualquer, empregando a prática construtiva corrente da atualidade.

Esta breve reflexão sobre as deficiências de documentação e articulação nos valores e critérios de conservação do Catetinho se concentrou na ética de espontaneidade e da apreensão imediata da memória. Os ideais assim apresentados exigem, para uma fruição inquestionada do palácio de Tábuas, que o usuário participe de uma corrente ideológica e política assumindo a validade perene da visualidade modernista e das suas estratégias de comunicação política, exaltando a elite social e técnica da construção de Brasília. Outros aspectos não abordados neste artigo poderiam levar ainda mais longe essa reflexão, em especial a descoberta por estes autores, em 2017, dos vestígios arqueológicos das fundações do “Catetão” — outro projeto efêmero de Oscar Niemeyer, que existiu de 1957 a 1960 a poucos metros do Catetinho. A escolha por não conservar o Catetão e, na sequência, por não valorizar as suas ruínas tardiamente redescobertas, é um capítulo adicional nessa narrativa de decisões implícitas e de ações contraditórias de documentação e preservação.

## 5.1. AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem à superintendência do Iphan no Distrito Federal, em particular ao superintendente Carlos Madson Reis, ao consultor Maurício Guimarães Goulart e ao coordenador técnico Thiago Pereira Perpétuo, pelo apoio durante a execução do inventário do Catetinho. A Subsecretaria do Patrimônio Cultural da Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal, nas pessoas do subsecretário Gustavo Pacheco, coordenador de Preservação Renato Schattan, arquiteta Beatriz Couto, diretores de Preservação Juliana Giaretta e Rodrigo Figueiredo, gerente de Conservação e Restauro Lilian Branco Campos, e chefe do núcleo Catetinho Aurentino Costa, facultou o livre acesso, documentação e prospecção no imóvel, sem o que esta pesquisa não teria sido possível. O professor Dr. Júlio Eustáquio Mello, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, orientou os autores quanto à memória oral da campanha de restauro do Catetinho em 1995-97. O Arquivo Público do Distrito Federal concedeu acesso e direitos de reprodução de seu acervo de fotografias históricas e outros documentos. Os autores realizaram o levantamento que deu origem a este trabalho entre dezembro de 2016 e junho de 2017, como consultoria para a empresa Ábaco Arquitetura & Design Ambiental Ltda., contratada pelo Iphan para a realização do inventário do Catetinho. Os autores agradecem, finalmente, a toda a equipe e colaboradores da empresa envolvidos neste projeto: Alessio Gallizio, Déborah de Oliveira, Horia Georgescu, Juliana Gehlen, Máira Guimarães, Marília Alves, Sara Zamprona, Sarah Almeida e Tauana Amaral. Todos os membros da equipe e ocupantes de cargos públicos mencionados estavam nos cargos citados durante o ano de 2017.

## 6. Referências

Comas, C. E. D. (2010). Arquitetura moderna, estilo campestre. *Arquitextos*, 11 (123), 00. <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/11.123/3513>

Correia, T. de B. (2003). O modernismo e o núcleo fabril: o anteprojeto de Lúcio Costa para Monlevade. *Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP*, 80. <https://doi.org/10.11606/issn.2317-2762.v0i14p80-93>

- Costa, L. (1957). Relatório do Plano Pilôto de Brasília. *Módulo*, 8, 29-48.
- Costa, L. (1937). Documentação necessária. *Revista do Patrimônio* 1 (pp. 31-39).
- Feilden B. M. (2003). *Conservation of Historic Buildings* (3rd Edition, p. 403). s./l. : Architectural Press.
- Francisco, S. (2004). *Catetinho: o palácio de tábuas*. s./l. : Instituto Terceiro Setor.
- Freyre, G. (2003). *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal* (48.<sup>a</sup> ed.). s./l. : Global Editora. (originalmente publicado em 1933).
- Gonzaga, A. L. (2006). *Madeira: Uso e Conservação*. Brasília-DF: Iphan/MONUMENTA, 2006. p. 246. Cadernos Técnicos. <http://portal.iphan.gov.br/publicacoes/lista?categoria=29&busca>
- Guimarães, A. (2014). *A Construção do Catetinho*. <http://www.aconstrucaodocatetinho.com.br/>
- Inmet – Instituto Nacional de Meteorologia. [http://www.inmet.gov.br/portal/index.php?r=home/page&page=rede\\_estacoes\\_conv\\_graf](http://www.inmet.gov.br/portal/index.php?r=home/page&page=rede_estacoes_conv_graf) Acesso em 13/3/2017.
- Iphan, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1959). *Processo de Tombamento n.º 0594-T-59*. Edifício Conhecido Como RP-1 Ou “Catetinho”, No Município de Brasília, Distrito Federal.
- Iphan, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (2017). *Inventário do Catetinho* (Vol. 1-3). Superintendência do Iphan no Distrito Federal.
- Larsen, K. E., & Marstein, N. (2016). *Conservation of Historic Timber Structures: An ecological approach*. E-book. 2016. 129p. Oslo. <http://www.riksantikvaren.no/en/Publications>
- Le Corbusier (1929). Architecture, the Expression of the Materials and Methods of Our Times. *Architectural Record*, 117(8), 123-128.
- Lefebvre, H. (1968). *Le droit à la ville* (2.<sup>a</sup> ed.). s./l. : Anthropos.
- Mennucci, M. M., Mennucci Filho, A., Andrade, J. J. O., Possan, E., & Dal Molin, D. C. C. (2021). Importância da classificação do ambiente na durabilidade da estrutura: uma reflexão sobre o contexto o brasileiro. In: *Degrada2020, 2021*, Aveiro [Portugal].
- Miranda, C. S., & Lima, Z. E. A. (2021). Fordlândia e Belterra: percursos etnográficos e a patrimonialização da Arquitetura em madeira. *Arquitetura + Arte*, ano 16, v. 01, n.21, e168, pp. 1-23. São Paulo. <http://revista5.arquitetonica.com/index.php/periodico-1/ciencias-sociais-aplicadas/fordlandia-e-belterra-percursos-etnograficos-e-a-patrimonializacao-da-arquitetura-em-madeira>
- Moreschi, J. C. (s./d.). *Biodegradação e preservação da madeira* (vol. 1 Biodeterioração). s./l. : Departamento de Engenharia e Tecnologia Florestal da UFPR. <http://www.madeira.ufpr.br/disciplinasmoreschi/BIODETERIORACAO.pdf>
- Moreschi, J. C. (2014). *Propriedades da madeira* (208 p.). s./l. : Departamento de Engenharia e Tecnologia Florestal da UFPR. <http://www.madeira.ufpr.br/disciplinasmoreschi/PROPRIEDADES%20DA%20MADEIRA.pdf>
- Niemeyer, O. (2006). *Minha Experiência em Brasília* (4.<sup>a</sup> ed.). Revan. [https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/brasilia/livros/niemeyer\\_cpdoc.pdf](https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/brasilia/livros/niemeyer_cpdoc.pdf)
- Prates, C. (1983). *Do Catetinho ao Alvorada*. Belo Horizonte : Imprensa Oficial de Minas Gerais.
- Suphac, Subsecretaria do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (2011-2012). *Relatórios de obra: Catetinho*. Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal, arquivo digital.
- Zanoni, V. A. G., Morales Sánchez, J. M., Bauer, E., & Amorim, C. N. D. (2014). Matriz de análise do índice de chuva dirigida (ICD) para a cidade de Brasília-DF. Paranoá: *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*, 11, 67-76. <https://doi.org/10.18830/issn.1679-0944.n11.2014.12085>